

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DRA, DMPL, a DFC e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 19/03/2025, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Leila Rejeane Dobis Grik
Diretora Executiva
CPF: 804.930.509-06

Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações
CPF: 976.137.629-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Demonstrações Financeiras 2024

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**

Somos o

Sicredi

**A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil**



Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em **mais de 2 mil** municípios
- Em **mais de 200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos **mais de 8,5 milhões** de associados
- Temos **mais de 2,8 mil** agências e pontos de atendimento

**Nossas soluções financeiras
são modernas e colaborativas**

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:

- Conta corrente
- Investimentos
- Consórcios
- Conta 100% digital
- Cartões
- Seguros
- Máquina de cartões
- E muito mais

Durante o exercício de 2024 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Pela primeira vez, a Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP alcançou o maior resultado de todo o sistema Sicredi: R\$ 264 milhões. Mais de R\$ 67 milhões serão destinados aos nossos associados, por meio dos juros ao capital e da distribuição de resultados.

Ouvir nossos associados e transformar essas percepções em ações concretas, nos levou a superar a marca de 79% no NPS. Neste ano, para garantir a excelência no atendimento, inovamos em nossos sistemas e contratamos 293 novos colaboradores, totalizando mais de 1.000 profissionais na cooperativa. Além disso, contamos com um importante diferencial na satisfação do associado é que a assistência 24h dos seguros auto prestada por nossos colaboradores.

Em 2024, conquistamos um crescimento de 18% em ativos totais em relação ao ano anterior, mantendo nossa posição entre as 10 maiores cooperativas do Brasil no ranking da Confebras.

Nossa carteira de poupança superou a marca de R\$ 1 bilhão, com um crescimento de 22% em relação a 2023. A Campanha Poupança Premiada Sicredi, promovida pela Central Sicredi PR/SP/RJ, foi um grande sucesso, vieram para nossa cooperativa 23 prêmios de R\$ 5 mil e, como destaque, uma associada de Carambeí que levou o prêmio de R\$ 1 milhão!

Com um crescimento de 31%, ultrapassamos R\$ 6 bilhões em operações de crédito, dos quais R\$ 2 bilhões foram destinados ao crédito rural, apoiando diretamente nossos produtores e contribuindo para o desenvolvimento do setor agrícola. Além disso, registramos um crescimento de 120% nas operações de câmbio, ampliando nosso portfólio de serviços financeiros.

Nosso patrimônio líquido alcançou a marca de R\$ 1 bilhão, representando um crescimento de 34%. Inauguramos agências em Almirante Tamandaré, Curitiba Cajuru, Eldorado, Iguape, Miracatu e Ponta Grossa Siqueira Campos, chegando a 50 agências. Além disso, modernizamos ou trocamos de prédio em agências como Ipiranga, Ventania Barro Preto, Colombo São Gabriel e Cajati, proporcionando mais conforto e comodidade para nossos associados.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

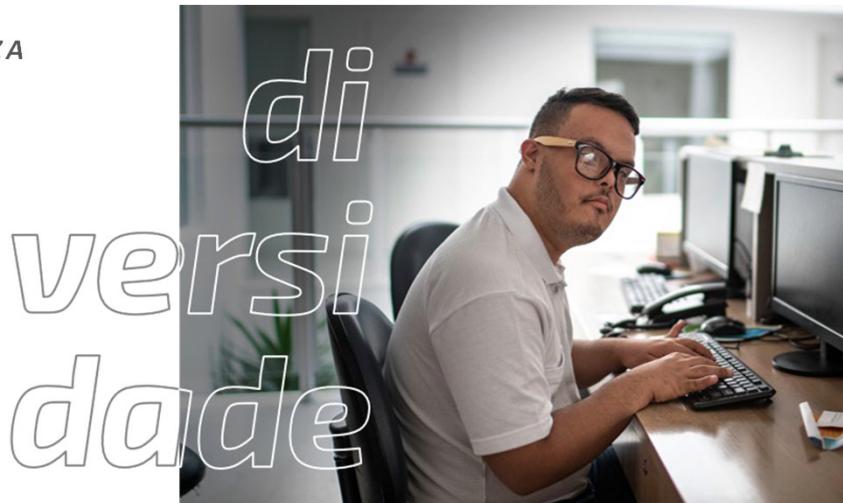
Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 29 anos de existência, o programa impactou mais de 5,3 milhões de crianças e adolescentes em mais de 730 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Em 2024, investimos R\$ 74 milhões na comunidade, beneficiando associados, empresas e projetos sociais. Realizamos 171 rodadas de negócios, 35 assembleias com 15 mil participantes e impactamos +20 mil alunos com o PUFV. O Fundo Social apoiou 102 projetos e o Crescer levou formação a +4.200 pessoas. Também promovemos educação financeira para +20 mil pessoas e incentivamos a participação de 370 mulheres e 134 jovens em nossos comitês.

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo:

AAA – Fitch	AAA – Moody's	AAA – Standard&Poor's
-------------	---------------	-----------------------

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2024 fomos reconhecidos como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria empresas gigantes, no prêmio Melhores Empresas para Trabalhar 2024.



**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi
Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria



**Shape the future
with confidence**

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de



**Shape the future
with confidence**

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 18 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

ATIVO		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		9.892.855	8.383.153
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	28.864	25.884
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		9.930.446	8.376.941
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	180.385	87.315
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	4.475.403	3.522.474
Centralização financeira	(Nota 04)	444.492	783.905
Relações interfinanceiras ativas		1.208	652
Operações de crédito	(Nota 07)	4.273.522	3.584.169
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	555.436	398.426
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(223.105)	(158.617)
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	28.700	25.585
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	119.075	106.906
INTANGÍVEL	(Nota 10)	8.875	6.454
TOTAL DO ATIVO		9.892.855	8.383.153
PASSIVO		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		8.824.194	7.587.139
DEPÓSITOS	(Nota 11)	6.038.655	5.114.605
Depósitos à vista		1.074.651	873.584
Depósitos interfinanceiros		36.218	23.335
Depósitos a prazo		4.927.786	4.217.686
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.131.219	1.981.017
Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	25.645	-
Relações interfinanceiras	(Nota 13)	2.056.943	1.936.786
Obrigações por empréstimos		1.991	2.991
Outros passivos financeiros	(Nota 14)	46.640	41.240
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	3.614	3.305
OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	650.706	488.212
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	1.068.661	796.014
CAPITAL SOCIAL		350.870	274.659
RESERVAS DE SOBRAS		682.905	497.319
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		34.886	24.036
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.892.855	8.383.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP

CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	672.286	1.284.982	1.092.499
Operações de crédito	(Nota 07)	421.669	802.103
Resultado de títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	223.596	416.055
Resultado das aplicações compulsórias	6	17	6
Ingressos de depósitos intercooperativos	(Nota 05)	27.015	66.807
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(425.984)	(822.948)	(741.519)
Operações de captação no mercado	(Nota 20)	(255.264)	(483.547)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 13)	(80.882)	(164.827)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(89.838)	(174.574)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	246.302	462.034	350.980
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(93.340)	(168.812)	(137.981)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 21)	104.823	193.262
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 22)	14.097	27.279
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 23)	(80.873)	(147.847)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 24)	(82.809)	(155.900)
Dispêndios e despesas tributárias		(1.190)	(2.072)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 25)	23.112	41.761
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 26)	(70.500)	(125.295)
RESULTADO OPERACIONAL	152.962	293.222	212.999
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	152.962	293.222	212.999
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 18)	110	-
Provisão para Imposto de Renda		68	-
Provisão para Contribuição Social		42	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(15.726)	(28.464)	(22.351)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	137.346	264.758	190.648

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

tiva de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curiti
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Sobras ou perdas antes das destinações	137.346	264.758	190.648
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	137.346	264.758	190.648

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	203.271	370.402	15.957	589.630
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	17.285	-	(15.823)	1.462
Outras destinações	-	-	(134)	(134)
Capital de associados				
Aumento de capital	31.795	-	-	31.795
Baixas de capital	(6.711)	-	-	(6.711)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	326	-	326
Resultado do exercício	-	-	190.648	190.648
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(8.012)	(8.012)
Juros sobre o capital próprio	29.019	-	(30.407)	(1.388)
Reserva legal - Estatutária	-	126.591	(126.591)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.602)	(1.602)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	274.659	497.319	24.036	796.014
Mutações do Exercício	71.388	126.917	8.079	206.384
Saldos no início do exercício em 01/01/2024	274.659	497.319	24.036	796.014
Destinação de sobras do exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	23.846	-	(24.036)	(190)
Capital de associados				
Aumento de capital	32.516	-	-	32.516
Baixas de capital	(10.686)	-	-	(10.686)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	1.851	-	1.851
Resultado do exercício	-	-	264.758	264.758
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(11.629)	(11.629)
Juros sobre o capital próprio	30.535	-	(32.182)	(1.647)
Reserva legal - Estatutária	-	183.735	(183.735)	-
Fundo Social - Estatutário	-	-	(2.326)	(2.326)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024	350.870	682.905	34.886	1.068.661
Mutações do Exercício	76.211	185.586	10.850	272.647
Saldos no início do semestre em 01/07/2024 (Não auditado)	308.133	498.993	127.412	934.538
Capital de associados				
Aumento de capital	16.855	-	-	16.855
Baixas de capital	(4.653)	-	-	(4.653)
Reversão capital a pagar - Reserva	-	177	-	177
Resultado do semestre	-	-	137.346	137.346
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(11.629)	(11.629)
Juros sobre o capital próprio	30.535	-	(32.182)	(1.647)
Reserva legal - Estatutária	-	183.735	(183.735)	-
Fundo Social - Estatutário	-	-	(2.326)	(2.326)
Saldos no fim do semestre em 31/12/2024	350.870	682.905	34.886	1.068.661
Mutações do semestre	42.737	183.912	(92.526)	134.123

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP

CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	224.225	443.965	318.161
Sobras ou perdas do semestre/exercício	137.346	264.758	190.648
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	86.879	179.207	127.513
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	89.838	174.574	119.627
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	-	1.805
Depreciação e amortização	8.155	15.548	13.331
Baixas do ativo permanente	330	405	198
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	185	309	564
Destinações ao FATES	(11.629)	(11.629)	(8.012)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	49.105	(316.755)	737.644
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(33.944)	(93.070)	116.820
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(515.449)	(500.311)	(355.355)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	21.493	(556)	(208)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(655.883)	(799.439)	(745.174)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	(4.163)	25.645	-
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	597.862	120.157	927.100
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros	(103.385)	(157.010)	(129.222)
(Aumento) Redução em outros ativos	5.477	(3.115)	(2.235)
Aumento (Redução) em depósitos	576.498	924.050	778.094
Aumento (Redução) em passivos financeiros	214	5.400	1.518
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(497)	(1.000)	(1.801)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.215)	(8.012)	(5.319)
(Redução) Aumento em outros passivos	163.097	170.506	153.426
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	273.330	127.210	1.055.805
Aquisição de imobilizado	(15.469)	(24.964)	(27.613)
Aplicações no intangível	(4.270)	(5.579)	(1.389)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(19.739)	(30.543)	(29.002)
Integralização de capital	16.855	32.516	31.795
Baixa de capital	(4.653)	(10.686)	(6.711)
Reversão capital a pagar	177	1.851	326
Fundos estatutários	(2.326)	(2.326)	(1.602)
Juros ao capital próprio	(1.647)	(1.647)	(1.388)
Distribuição de sobras	-	(190)	1.328
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	8.406	19.518	23.748
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	261.997	116.185	1.050.551
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	3.452.039	3.597.851	2.547.300
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 04)	3.714.036	3.714.036	3.597.851

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais e Grande Curitiba - Sicredi Campos Gerais e Grande Curitiba PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 11/01/1989 e sede situada na Avenida Ernesto Vilela, 1001, na cidade de Ponta Grossa - PR. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 dezembro de 2024, está organizado por 103 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.870 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 50 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos em situações de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o FGCoop também pode realizar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram respeitadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 46 e 48 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 07 de março de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes políticas contábeis para a elaboração das demonstrações financeiras:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 dezembro de 2024 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.634 (dezembro de 2023 - R\$ 708) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

t) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

u) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não apresentou resultados não recorrentes.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	28.864	25.884
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira	3.240.680	2.788.062
Centralização financeira	444.492	783.905
Total	3.714.036	3.597.851

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2024 equivale a 103% do CDI (dezembro de 2023 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer			Total	Total
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65.819	-	114.566	180.385	87.315
Total	65.819	-	114.566	180.385	87.315
Total circulante				65.819	-
Total não circulante				114.566	87.315

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	A vencer			Total	Total
Títulos de renda fixa - CPR	82.996	699.350	280.849	1.063.195	599.503
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	3.240.680	-	-	3.240.680	1.242.619
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	-	-	-	-	1.545.443
Participações de Cooperativas	-	-	171.528	171.528	134.909
Total	3.323.676	699.350	452.377	4.475.403	3.522.474
Total circulante				4.023.026	3.203.736
Total não circulante				452.377	318.738

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos multimercado, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2024		31/12/2023	
Sicredi Participações S.A.		12.562		12.562
Sicredi Fundos Garantidores - SFG		2		2
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ		158.964		122.345
Total		171.528		134.909

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações/quotas possuídas ON	4.073.686 ON	4.073.686 ON	2	2	158.964.142	122.345.406
Número de ações/quotas possuídas PN	8.487.965 PN	8.487.965 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,28%	0,29%	1,24%	1,24%	9,92%	8,95%
Capital social	4.541.716	4.341.716	161	161	1.602.637	1.367.728
Patrimônio líquido	4.621.756	4.427.933	271.199	416.033	1.603.443	1.375.980
Resultado líquido do exercício	67.065	120.326	(144.834)	46.767	-	-
Valor das participações das cooperativas	12.562	12.562	2	2	158.964	122.345

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024		31/12/2023	
Cotas de fundos	162.756			308.374	307.144
Depósitos interfinanceiros	8.649			13.170	15.975
Títulos de renda fixa (CPR)	52.191			94.511	61.178
Total	223.596			416.055	384.297

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	83.566	681.328	955.264	1.257.608	2.977.766	2.279.411
Financiamentos	3.152	59.900	157.234	279.304	499.590	373.563
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.060	98.349	482.247	195.550	778.206	929.168
Financiamentos habitacionais	17	652	1.885	15.406	17.960	2.027
Total das operações de crédito	88.795	840.229	1.596.630	1.747.868	4.273.522	3.584.169
Avais e fianças honrados (Nota 08)	614	13	43	15	685	162
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	8	116	382	1.909	2.415	2.136
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	369.444	145.467	3.102	518.013	369.397
Total de outros créditos	622	369.573	145.892	5.026	521.113	371.695
Carteira total	89.417	1.209.802	1.742.522	1.752.894	4.794.635	3.955.864
Total circulante					3.041.741	2.648.077
Total não circulante					1.752.894	1.307.787

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
AA	-	172.372	169.041	-	-
A	0,50	2.072.271	2.037.637	10.361	10.188
B	1,00	1.559.536	1.096.238	15.596	10.962
C	3,00	553.009	348.849	16.590	10.465
D	10,00	192.459	124.787	19.246	12.479
E	30,00	75.550	57.795	22.665	17.339
F	50,00	38.322	32.518	19.161	16.259
G	70,00	38.768	26.914	27.138	18.840
H	100,00	92.348	62.085	92.348	62.085
Total		4.794.635	3.955.864	223.105	158.617

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 830.965 (dezembro de 2023 - R\$ 527.294) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 8.999 (dezembro de 2023 - R\$ 4.092) conforme (Nota 14).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2024				31/12/2023	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	51.169	436.352	433.345	444.275	1.365.141	1.006.937
Rural	2.060	98.349	482.247	195.550	778.206	929.168
Industrial	225	23.887	22.926	44.398	91.436	46.433
Comércio	11.957	264.245	323.306	382.432	981.940	568.021
Habitacional	17	652	1.885	15.406	17.960	2.027
Pessoas jurídicas	23.989	386.317	478.813	670.833	1.559.952	1.403.278
Carteira total	89.417	1.209.802	1.742.522	1.752.894	4.794.635	3.955.864
Total circulante					3.041.741	2.648.077
Total não circulante					1.752.894	1.307.787

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	401.489	8,37	474.585	12,00
50 devedores seguintes	550.110	11,47	485.948	12,28
100 devedores seguintes	501.609	10,46	430.693	10,89
Demais	3.341.427	69,70	2.564.638	64,83
TOTAL	4.794.635	100,00	3.955.864	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	198.138	158.617	106.962
Constituição de provisão	142.841	271.997	187.782
Reversão de provisão	(53.003)	(97.423)	(68.155)
Movimento da provisão para perdas no resultado	89.838	174.574	119.627
Movimentação de baixados para prejuízo	(64.871)	(110.086)	(67.972)
Saldo final	223.105	223.105	158.617

f) Resultado com operações de crédito

	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	334.946	628.536	484.210
Financiamentos	43.469	81.733	68.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	31.386	71.925	68.347
Financiamentos habitacionais	647	822	121
Outros	258	458	140
Subtotal	410.706	783.474	620.826
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	10.963	18.629	11.639
TOTAL	421.669	802.103	632.465

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 175.816 (em dezembro de 2023 - R\$ 111.707)

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	514.911	367.685
Ressarcimento de despesas	5.553	7.171
Dividendos a receber	44	98
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	506	305
Avais e fianças honrados (Nota 07)	670	162
Transações com cartão de crédito (b)	26.997	17.866
Outros	966	970
Total Circulante	549.647	394.257
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	763	626
Avais e fianças honrados (Nota 07)	15	-
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.909	1.831
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 07)	3.102	1.712
Total não circulante	5.789	4.169
Total	555.436	398.426

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasses das receitas sobre a carteira de adquirência).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros valores e bens	6.662	3.050
Adiantamentos e antecipações salariais	51	597
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.386	2.086
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a)	1.747	3.943
Cotas de consórcio	521	792
Atualização monetária sobre DIs (Central)	4.813	2.276
Impostos e contribuições a compensar (b)	1.505	1.031
Pendências a regularizar	613	398
Valores a receber Portabilidades	137	-
Valores a receber SFG	253	220
Outros	172	1.508
Total Circulante	18.860	15.901
Outros valores e bens	9.840	9.684
Total não circulante	9.840	9.684
Total	28.700	25.585

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	7.912	4.562
Imóveis	6.576	4.270
Veículos e afins	1.336	292
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(1.971)	(1.971)
Despesas antecipadas	721	459
Total Circulante	6.662	3.050
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	9.840	9.684
Imóveis	9.840	9.684
Total Não Circulante	9.840	9.684
Total	16.502	12.734

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação / Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	176.997	(57.922)	119.075	106.906
Imobilizações em curso	-	3.093	-	3.093	10.324
Terrenos	-	8.855	-	8.855	8.855
Edificações	4%	37.935	(8.644)	29.291	22.546
Instalações	10%	37.185	(17.628)	19.557	22.386
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	16.487	(1.392)	15.095	8.746
Móveis e equipamentos	10%	44.690	(14.685)	30.005	22.868
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	9.025	(2.989)	6.036	4.786
Equipamentos de processamento de dados	20%	17.770	(11.643)	6.127	5.358
Veículos	20%	1.957	(941)	1.016	1.037
Intangível		28.026	(19.151)	8.875	6.454
Investimentos Confederação	20%	26.675	(18.565)	8.110	5.419
Outros ativos intangíveis	20%	1.351	(586)	765	1.035

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	1.074.651	-	-	1.074.651	873.584
Depósitos interfinanceiros (Nota 19)	25.867	-	10.351	36.218	23.335
Depósitos a prazo	19.243	409.186	4.499.357	4.927.786	4.217.686
Carteira total	1.119.761	409.186	4.509.708	6.038.655	5.114.605
Total circulante				1.528.947	919.301
Total não circulante				4.509.708	4.195.304

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a)	-	25.645	-	25.645	-
Total	-	25.645	-	25.645	-
Total circulante				25.645	-

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasses interfinanceiros	2.056.895	1.936.786
Recebimentos e pagamentos a liquidar	48	-
Total	2.056.943	1.936.786

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	146.622	1.025.586	334.397	1.506.605	1.270.406
Total - Recursos do Crédito Rural	146.622	1.025.586	334.397	1.506.605	1.270.406
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	172	121	687	980	1.241
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.658	8.325	537.327	549.310	665.139
Total - Outros Recursos	3.830	8.446	538.014	550.290	666.380
Total	150.452	1.034.032	872.411	2.056.895	1.936.786
Total circulante				1.184.484	1.139.070
Total não circulante				872.411	797.716

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,85% a.a. com vencimentos até 15/03/2036, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 164.827 (dezembro de 2023 - R\$ 149.285).

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	3.958	1.411
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	649	706
Recursos em trânsito de terceiros (b)	4.411	3.862
Recursos vinculados a operações de crédito	2	2
Total Circulante	9.020	5.981
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	5.041	2.681
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco (c)	32.579	32.578
Total não Circulante	37.620	35.259
Total	46.640	41.240

(a) A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrados entre a Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2024	31/12/2023	
Trabalhista	Provável	556	584	
Cível	Provável	3.058	2.721	
Total não circulante		3.614	3.305	
Natureza	31/12/2023	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2024
Trabalhista	584	115	(143)	556
Cível	2.721	1.696	(1.359)	3.058
Total não circulante	3.305	1.811	(1.502)	3.614

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Trabalhista	3	607	2	389
Cível	83	3.144	50	894
Tributária	1	850	1	787
Total	87	4.601	53	2.070

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo número 10940-908.044/2019-31, versando sobre matéria tributária em que se discute IRPJ/CSLL. O processo encontra-se em impugnação. O valor estimado de R\$ 850 (dezembro de 2023 - R\$ 787) respectivamente, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 763 (dezembro de 2023 - R\$ 626), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Transações com cartões de crédito (a) (Nota 19)	503.610	373.655
Provisão para pagamentos a efetuar	17.900	14.137
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo (Nota 19)	3.604	3.190
Cotas de capital a pagar	10.947	10.531
Provisão para participações nos lucros	28.967	23.197
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES	11.629	8.012
Fundos voluntários	2.765	2.149
Impostos e contribuições a recolher	11.309	6.457
Contas a pagar - credores diversos	11.457	9.615
Patrocínios esportivos a pagar Central	111	153
Contas a pagar empresas do grupo (Nota 19)	3.287	2.939
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis(c)	2.737	762
Cheques administrativos	40.698	32.260
Cobrança e arrecadação de tributos (b)	1.054	820
Pendências a regularizar	631	335
Total Circulante	650.706	488.212

(a) As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de adquirência).

(b) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

(c) A partir de 2023, as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	Variação	31/12/2024	31/12/2023
Capital social inicial	71.388	274.659	203.271
Integralização de Capital - quotas partes	721	32.516	31.795
Integralização de Capital - distribuição de sobras	6.561	23.846	17.285
Baixa de Capital	(3.975)	(10.686)	(6.711)
Juros ao Capital próprio	1.516	30.535	29.019
Capital social final	76.211	350.870	274.659

Em 31 de dezembro de 2024, o total de associados foi de 178.083 (em dezembro de 2023 - 146.938).

b) Juros ao capital

Em 31 dezembro de 2024, a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,76% em conta capital, no montante de R\$ 32.182 (dezembro de 2023 - R\$ 30.407), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 dezembro de 2024, o valor foi de R\$ 1.851 (dezembro de 2023 R\$ 326).

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício		264.758	190.648
(-) Juros sobre capital próprio		(32.182)	(30.407)
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias		232.576	160.241

	Descrição	% das destinações 2024	% das destinações 2023	31/12/2024	31/12/2023
FATES		5,00%	5,00%	(11.629)	(8.012)
Reserva Legal		79,00%	79,00%	(183.735)	(126.591)
Fundo Social		1,00%	1,00%	(2.326)	(1.602)
(=) Total das destinações				(197.690)	(136.205)
Sobras Líquidas a disposição da AGO				34.886	24.036

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo Social tem como objetivo promover ações sociais e investimentos para proporcionar o desenvolvimento sustentável na área de atuação da cooperativa.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		293.222	212.999
Participação nas sobras		(28.464)	(22.351)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio		264.758	190.648
 Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes		(105.903)	(76.259)
 Sobras decorrentes dos atos cooperativos		104.850	75.976
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício		12.873	12.163
Demais adições e exclusões previstas na legislação		(39)	(1.096)
 Imposto de renda e contribuição social do exercício		-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, summarizadas por grupo contábil:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)		180.385	87.315
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)		4.475.403	3.522.474
Centralização financeira (Nota 04)		444.492	783.905
Outros ativos financeiros (Nota 08)		5.659	7.398
Outros ativos (Nota 09)		6.813	6.439
Intangível (Nota 10)		8.110	5.419
Passivo			
Outros passivos (Nota 16)		505.716	367.210
Outros passivos financeiros (Nota 14)		33.228	33.285
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)		36.218	23.335
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)		2.056.895	1.936.786
Obrigações por empréstimos		1.991	2.991
	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Resultado títulos e valores mobiliários (Nota 06)		416.055	384.297
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 21)		43.808	38.586
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)		2.580	5.549
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 05)		66.807	75.731
Despesas			
Operações de captação no mercado (Nota 20)		8.603	23.452
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)		164.827	149.285
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)		9.539	8.470
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)		46.083	36.610

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

	Descrição	31/12/2024	% em relação ao total	31/12/2023
Depósitos a vista (Nota 11)		504	0,06%	382
Depósitos a prazo (Nota 11)		19.049	0,45%	17.621
Operações de crédito (Nota 07)		23.002	0,54%	6.455

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

	Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas chave da administração		14.841	10.276

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	1.708	3.131	16.877
Depósitos de aviso prévio	28	55	93
Depósitos a prazo	244.916	463.774	442.245
Letras de crédito imobiliário - LCI	1.403	2.612	-
Letras financeiras	2.765	5.472	6.575
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	4.444	8.503	6.817
Total	255.264	483.547	472.607

NOTA 21 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança	7.529	14.454	12.336
Comissões	445	613	87
Consórcios	6.996	13.605	9.763
Convênios	2.655	4.331	4.730
Distribuição de produtos e serviços bancários	21.958	43.036	37.504
Processamento da compensação	82	161	153
Seguros	11.093	21.505	18.232
Taxas e tarifas	9.505	14.723	9.616
Serviços de pagamento	38.179	69.588	47.845
Antecipação de recebíveis	5.528	9.789	7.792
Outros serviços	853	1.457	1.102
Total	104.823	193.262	149.160

NOTA 22 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Pacotes de serviços - PF	4.882	9.611	8.927
Serviços prioritários - PF	287	569	510
Serviços diferenciados - PF	21	62	2
Serviços especiais - PF	-	1	1
Tarifas bancárias - PJ	8.907	17.036	14.524
Total	14.097	27.279	23.964

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	45.101	82.769	66.693
Benefícios	17.539	33.486	27.644
Encargos sociais	17.943	31.267	25.192
Treinamentos	290	325	563
Total	80.873	147.847	120.092

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Água, energia e gás	1.079	2.339	1.831
Aluguéis	8.358	16.330	15.190
Comunicação	1.020	2.227	2.109
Manutenção e conservação	4.278	8.298	6.773
Material de expediente	1.078	1.898	1.759
Processamento dados	6.754	12.589	9.009
Propaganda e publicidade	1.194	2.039	2.196
Promoções e relações públicas	15.119	30.157	22.637
Serviços do sistema financeiro	5.413	10.509	9.513
Assessoria e consultoria	91	168	155
Auditória externa	56	56	42
Serviços jurídicos	1.206	2.418	891
Serviços de terceiros	3.358	6.215	6.442
Serviços de técnicos especializados	5.239	9.024	11.536
Serviços de vigilância e segurança	3.233	6.357	5.935
Serviços de transportes	1.844	3.419	3.047
Depreciação	6.407	12.389	10.521
Amortização (Rateio Confederação)	1.613	2.889	2.540
Amortização outros ativos intangíveis	135	270	270
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.135	8.923	7.294
Emolumentos e taxas diversas	2.297	4.659	2.322
Ressarcimento tarifas	484	709	796
Seguros	56	154	210
Despesas com Viagens	5.557	5.922	3.625
Rateio Confederação - Recuperação de Crédito	544	1.118	832
Outras despesas administrativas	3.261	4.824	3.668
Total	82.809	155.900	131.143

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Absorção de dispêndios - FATES	2.214	8.012	5.319
Utilização de fundos voluntários	1.214	1.710	841
Lucros na alienação de valores e bens	295	642	373
Recuperação de encargos e despesas	9.311	15.842	13.411
Reversão de provisões operacionais	175	550	386
Reversão de provisões impostos folha	3.325	4.433	3.679
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.847	2.943	1.727
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.298	1.502	1.526
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi (a)	-	-	846
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	1.367	2.474	1.855
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.266	2.407	2.058
Juros ao capital	-	-	1.288
Lucros e dividendos recebidos de partes relacionadas	44	44	184
Outras rendas operacionais	756	1.202	924
Total	23.112	41.761	34.417

(a) A partir de julho de 2023, a linha de receita referente ao aluguel de máquinas de cartões, que anteriormente era contabilizada em "Outros Ingressos e Receitas Operacionais", passou a ser registrada em "Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços", na linha de "serviços de pagamento". Essa alteração segue a Instrução Normativa (IN) nº 343/23.

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.702	10.442	6.491
Contribuições Cooperativistas (Nota 19)	136	267	251
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	3.800	5.945	2.845
Contribuição Confederação Sicredi (Nota 19)	15.762	28.908	25.556
Contribuições Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ (Nota 19)	1.404	2.718	2.354
Encargos da administração financeira	5	11	12
Prejuízo na alienação de valores e bens	346	361	384
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.859	7.869	2.865
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.482	1.811	2.090
Outras provisões operacionais	2.543	4.892	5.879
Serviços associados a transações de pagamento	24.657	44.916	28.932
Risco operacional	2.250	4.243	4.681
Juros e comissões	2.243	3.171	3.212
Tarifa serviços folha pagamento servidores	52	95	70
Distribuição de produtos e serviços bancários	313	315	49
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.884	3.193	2.323
Outras despesas operacionais	3.062	6.138	4.470
Total	70.500	125.295	92.464

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de garantias prestadas	830.965	527.294
Total	830.965	527.294

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Líquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Relatório das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

Refere-se a potenciais ameaças que podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas. O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócios.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	1.093.014	822.845
Nível I (NI)	1.059.786	789.560
Capital principal - CP	1.059.786	789.560
Capital social	350.870	274.659
Reservas de capital	682.905	497.319
Sobras acumuladas	34.886	24.036
Ajustes Prudenciais	(8.875)	(6.454)
Nível II (NII)	33.228	33.285
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	33.228	33.285
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	6.124.004	5.003.005
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	48.734	42.963
Margem de Capital	401.260	254.566
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,85%	16,45%
Situação de Imobilização (Imob)	119.075	106.906
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,89%	12,99%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 dezembro de 2024, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Implantação da Resolução 4.966

Com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis entre as normas do BCB e os padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil emitiu as seguintes normas:

- A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações correlatas posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e
- A Resolução BCB nº 352/23, que revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309/23 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As mudanças do plano foram publicadas pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do COSIF;

iv) Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram estimados pelo Sicredi, tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o SICREDI dividiu o projeto em etapas ao longo de 2024, a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pelo Sicredi, levando em consideração o planejamento de atividades, responsáveis, e prazos para adequação dos sistemas de tecnologia e processos internos.

Sendo assim, o Sicredi realizou simulações para avaliação do impacto dos ajustes que deverão compor na posição patrimonial dos instrumentos financeiros, em contrapartida, ao patrimônio líquido na transição da norma em 1 de janeiro de 2025.

Provisão associada ao risco de crédito e reconhecimento de juros suspensos

De acordo com as simulações efetuadas durante o segundo semestre de 2024, para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, espera-se um incremento de até 1,09% sobre os ativos financeiros (operações de crédito) devido à nova metodologia de cálculo das perdas esperadas por risco de crédito, que leva em conta critérios de perdas esperada ao invés de perda incorrida (levando-se em consideração a Resolução BCB 352/23).

O Sicredi adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros (“stop accrual”) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos. Os valores apurados não são relevantes em seu reconhecimento inicial.

Classificação de Ativos Financeiros

Com o advento da Resolução CMN nº 4.966/21, os títulos e valores mobiliários passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos financeiros. Havendo, portanto, três novas categorias. São elas: (i) Custo amortizado, (ii) Valor justo em de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) Valor justo no resultado (VJR). Sendo assim, as analisarmos as classificações e mensurações dos títulos e valores mobiliários a partir de 1 de janeiro de 2025, não identificamos impactos relevantes na adoção inicial da referida norma.

Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros originados a partir de janeiro/2025 reconhecidos nas categorias Custo Amortizado (CA) ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação, nos valores recebidos e pagos na aquisição ou originação do instrumento quando esses forem atribuíveis individualmente à operação, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito, operações com característica de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários passarão a ter os custos de transação, valores recebidos e pagos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos de acordo com a metodologia de cálculo adotada pela Cooperativa, não trazendo um impacto estimado relevante no resultado.

Classificação de Passivos Financeiros

Não foram identificados ajustes de transição da norma com relação a reclassificação dos Passivos Financeiros.

b) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo, que visa simplificar e modernizar o sistema tributário, reduzindo o litígio e aumentando a segurança jurídica. A regulamentação do projeto foi iniciada através do PLP nº 68, aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2024; em janeiro de 2025, a partir da sanção presidencial, o referido PLP foi convertido na Lei Complementar 214/25.

A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição às contribuições do PIS e da Cofins, ISS e o ICMS.

A nova legislação vigerá a partir de 2026, com um período de transição que se estenderá até 2032; assim, não haverá alteração nas apurações dos tributos para 2025. O Sicredi vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda outras regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes da reforma tributária.

c) Operações de arrendamento mercantil - Resolução CMN nº 4.975/21

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2025.

d) Enchentes no Rio Grande do Sul

O Sicredi, instituição financeira cooperativa presente em diversas regiões do Brasil, desempenhou um papel fundamental na assistência às comunidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Sua atuação foi marcada por ações de solidariedade e apoio aos associados e comunidades atingidas por essas adversidades. Em momentos de desastres naturais, como as enchentes, o Sicredi se mobilizou para oferecer suporte financeiro e logístico, visando minimizar os impactos causados e auxiliar na reconstrução das áreas afetadas. A instituição disponibilizou linhas de crédito especiais, com condições facilitadas, para que os associados pudessem recuperar suas atividades produtivas e reconstruir suas propriedades.

Além disso, o Sicredi promoveu ações de arrecadação de donativos, mobilizando seus colaboradores e associados para contribuir com alimentos, roupas, produtos de higiene e outros itens essenciais para as famílias atingidas. Essas doações foram distribuídas de forma organizada, garantindo que chegassem às mãos daqueles que mais necessitavam. A instituição também investiu em programas de educação financeira e orientação aos associados, visando auxiliá-los na gestão de suas finanças e na busca por soluções para superar os desafios causados pelas enchentes. A atuação do Sicredi nas enchentes do Rio Grande do Sul demonstrou o compromisso da instituição com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente, promovendo a solidariedade, a cooperação e a resiliência diante de situações adversas.

Leila Rejeane Dobis Grik
Diretora Executiva
CPF: 804.930.509-06

Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações
CPF: 976.137.629-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/0-8
CPF: 694.157.650-20